

VIº Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania

Fernanda Santos
Doutoranda em História na Universidade Federal de Santa
Catarina

Os Colégios jesuítas: da Educação Global aos Modos de Educação na Época Moderna

Resumo

Neste artigo se pretende fazer o cotejamento de duas leituras, a da obra *O Governo de Si Mesmo*, de Jorge Ramos do Ó, e da obra *Modos de Educacion en la España de la Contrarreforma*, de Julia Varela, mostrando, comparativamente, como ambos abordam a educação e a pedagogia nos colégios jesuítas. A análise feita neste estudo se reporta àquilo que a historiografia convencionou designar como Época ou Idade Moderna.

As obras escolhidas para cotejo de nossa leitura provêm de Portugal e Espanha, e retratam sobretudo realidades européias peninsulares. Debruçamo-nos, essencialmente, na educação e na pedagogia dos Jesuítas, já que os principais ensaios da escola moderna se constroem nas casas e nas instituições da Companhia de Jesus. Ao abordar a proveniência histórica dos modelos educativos da atualidade, Ramos do Ó refere diversos aspectos que aparecem igualmente pontuados por Julia Varela, em sua análise. São esses mesmos aspectos que tentaremos esmiuçar em nossa leitura cruzada, nomeadamente: o abandono da concepção medieval de ensino, a organização escolar por níveis, a implantação de um sistema de avaliação permanente e de progressão nos estudos, o controle imposto na sala de aula e nas atividades dos alunos, e a estratégia de gestão da sala de aula.

Palavras-chaves: colégios jesuítas, educação, modernidade, maquinaria escolar, controle.

“A criança só deve fazer aquilo que quer; mas deve querer apenas aquilo que vocês querem que ela faça; ela não deve dar passo sem que vocês o tenham previsto; ela não deve abrir a boca sem que vocês saibam o que ela vai dizer”.

Jean-Jacques Rousseau, *Émile ou de l'éducation*

I. Introdução

Modelos educativos da Modernidade

Neste artigo se pretende fazer uma leitura cruzada entre as obras *O Governo de Si Mesmo*, de Jorge Ramos do Ó, e *Modos de Educacion en la España de la Contrarreforma*, de Julia Varela, mostrando, comparativamente, como ambos abordam a educação e a pedagogia nos colégios jesuítas.

Jorge Ramos do Ó dá à sua obra o subtítulo *Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)* mostrando as rupturas com o ensino tradicional nos liceus portugueses. Na segunda parte do seu livro, intitulada “A Construção do Liceu Moderno em Portugal”, aborda a importância dos Jesuítas na construção de um modelo de escola, parte essa em que me deterei, em particular. A análise feita neste estudo se reporta apenas aos séculos XVI, XVII e XVIII, aquilo que a historiografia convencionou designar como Época ou Idade Moderna.

A Idade Moderna aparece assim designada pela historiografia por assinalar, na História, uma revolução científico-tecnológica, que em muito se deve à expansão territorial, às novas descobertas científicas, ao povoamento e colonização de outras terras, outrora desconhecidas e entretanto mapeadas pelos navegantes. Desse modo, é impossível escamotear o papel decisivo da Península Ibérica nestas novas conquistas, povoando e colonizando vastos territórios.

As obras escolhidas para cotejo de nossa leitura provêm de Portugal e Espanha, e retratam sobretudo realidades europeias peninsulares, não deixando, no entanto, de

fora todo o contexto histórico europeu, sobretudo no campo da educação, já que não podemos desvincular a Península Ibérica desse mesmo contexto, onde a sua realidade se move e se constrói. Debruçamo-nos, essencialmente, na educação e na pedagogia dos Jesuítas, já que todo os ensaios da escola moderna se constroem nas casas e nas instituições da Companhia de Jesus. Tendo em conta o seu perfil missionário, essa pedagogia conhecerá uma expansão a nível mundial, tornando-se global e unificada por um ideário comum, e uma obra que orientará toda a metodologia de ensino dos Jesuítas: a *Ratio Studiorum*. Os modelos educativos e as práticas educativas dos Jesuítas contribuíram para produzir o mundo pós-medieval.

Ao abordar a proveniência histórica dos modelos educativos da atualidade, Ramos do Ó refere diversos aspectos que aparecem igualmente pontuados por Julia Varela, em sua análise. São esses mesmos aspectos que tentaremos esmiuçar em nossa leitura cruzada, nomeadamente: o abandono da concepção medieval de ensino, a organização escolar por níveis, a implantação de um sistema de avaliação permanente e de progressão nos estudos, o controle imposto na sala de aula e nas atividades dos alunos, e a estratégia de gestão da sala de aula.

Os séculos XVI e XVIII são os focos das grandes mutações estruturais no ensino. Os colégios, no século XVI, aparecem associados à fundação das universidades, dependendo delas, mas ao mesmo tempo diferenciando-se destas. Tanto Varela como Ramos do Ó acentuam a importância dos colégios dependentes de congregações religiosas, sobretudo os Jesuítas, como uma parte incontornável da história da educação mundial.

II. Os dispositivos de poder-saber: maquinaria escolar jesuítica

O fenômeno de disseminação de colégios é pontuado por André Petitat como um primeiro momento decisivo da escolarização. Em sua análise, ele observa que os colégios das congregações católicas, das igrejas protestantes e aqueles que eram vinculados às universidades tinham dispositivos escolares semelhantes (PETITAT, 1994, p. 76). Do mesmo modo, Dominique Julia assinala a formação cristã das crianças como uma das finalidades essenciais das Reformas protestante e católica, e o catecismo, nascido da concorrência entre as confissões religiosas, como um fenômeno associado à escolarização (JULIA, 2002, p. 52).

A partir de um “traçado histórico-genealógico” do sistema educativo moderno, Ramos do Ó procura a matriz pedagógica dos colégios anexos às universidades (RAMOS DO Ó, 2003, p. 166), aferindo que não são só os colégios católicos que desenvolvem importantes projetos pedagógicos, mas também a Igreja Reformada. Julia Varela faz a sua análise educativa da Contra Reforma através de um método sócio-histórico que reclama, inicialmente, por uma tentativa de conhecimento das condições sociais que possibilitaram a aparição destes modernos modos de educação, ou seja, tal como Ramos do Ó, põe em prática uma análise genealógica, que frente a sistematizações globalizadoras, procura localizar o estudo da educação e da escola no tempo, procurando explicar as relações de força e a orquestração de táticas concretas nas relações de poder. Pedagogias e práticas educativas inscrevem-se, assim, numa vasta estratégia política de pacificação e concórdia social, sendo que o governo das crianças, para Varela, se encontra intimamente ligado ao nascimento da política moderna e à formação do Estado Moderno (VARELA, 1993, p. 17-19). Como assinala Bourdieu e Passeron, o trabalho pedagógico pelo qual se realiza a ação pedagógica dominante tem sempre uma função de sustentáculo da ordem, isto é, da reprodução da estrutura das relações de força (BOURDIEU, PASSERON, 1978, p. 65).

Ramos do Ó trabalha com o mesmo conceito foucaultiano, que inventaria os mecanismos de poder desenvolvidos a partir do século XVI na Europa Ocidental, “ no sentido de administrar e supervisionar as condições de vida dos cidadãos, de todos e de cada um em particular “ (RAMOS DO Ó, 2003, p. 4-5). O governo da nação passa a ser gerido por dispositivos de “poder-saber”, que estabelecem critérios para o aperfeiçoamento ético do ser humano, sendo que todo um conjunto de técnicas performativas de poder vinculam o indivíduo a uma atividade de constante vigilância e adequação aos princípios morais em circulação na sua época (*Ibidem*, p. 5).

O projeto da corrente cristã semimonástica identificada como *Devotio Moderna* terá passado diretamente para os Colégios de Paris e destes, por seu turno, irradiado para muitas escolas protestantes e católicas, sobretudo através dos Jesuítas, que na capital francesa estudaram durante a primeira metade do século XVI (RAMOS DO Ó, 2003, p. 166).

A introdução das séries e das classes escolares deu-se também nos colégios protestantes e católicos do século XVI, disseminando-se e aperfeiçoando-se ao longo dos séculos seguintes (PETITAT, 1994, p. 77). A escola atual muito deve à matriz pedagógica dos colégios dos Irmãos da Vida Comum, criados nos Países-Baixos ainda

durante o século XIV, ativos no norte da Alemanha e na Polónia até finais do século XV, que contavam já com um agrupamento de alunos feito por classes, divididas por programas distintos, com o seu professor e com uma sala ou local de aulas. Aqui também se praticava o chamado ensino simultâneo, no qual os alunos das primeiras classes eram ensinados pelos alunos de classes mais elevadas. Do mesmo modo, eram promovidos exames para passagem à classe superior, eram estabelecidos horários, e estimulava-se o aluno ao estudo por meio de atribuição de prémios. Emulação e prémio eram “elementos de pacificação e incentivo”, e funcionavam como dispositivos “normalizadores-disciplinadores” (RAMOS DO Ó, 2003, p. 167).

Do mesmo modo, são as práticas disciplinares não-discursivas dos colégios jesuítas, ou seja, a maquinaria escolar jesuítica prescrita na *Ratio Studiorum*, que põe em marcha o projeto educativo da Companhia de Jesus com sucesso, nomeadamente com o controle do espaço e do tempo, a emulação, o sistema de premiação, os exercícios físicos e espirituais, bem como a exercitação permanente, que conduzia à ação regular, constante e obediente, transformando a massa de alunos num corpo discente ativo (Cf. DALLABRIDA, 2001, p. 30).

O projeto formativo dos inicianos assenta no poder disciplinar. O tipo de poder ao qual Foucault chama de poder disciplinar funciona como uma rede que atravessa as instituições, fabricando o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade (FOUCAULT, 1992, p. 16-17). A força da Companhia de Jesus reside por isso, em grande parte, no seu projeto pedagógico de ensino, na sua capacidade de expansão, mas, acima de tudo, numa base comum de atuação. Torna-se urgente para os Jesuítas construir um método educativo e didático comum à enorme dispersão das suas iniciativas, capaz de realizar um tão vasto e ambicioso projeto formativo (LOPES, 2009, p. 37).

III. O governo do aluno e a disciplina escolar

Ramos do Ó dá um título orientador, em termos interpretativos, à sua obra: o governo de si mesmo. A idéia de poder governativo, um poder controlador que subjaz à própria escola perpassa a obra de Ramos do Ó e de Varela. Para o autor, a escola moderna nasce da “necessidade de encontrar uma fórmula que permitisse enquadrar e controlar moralmente os estudantes. “ (RAMOS DO Ó, 2003, p. 166). Do mesmo modo,

Varela coloca em destaque na educação dos colégios jesuítas a postulação jesuítica do “estudante perfeito” a partir da idéia de uma alma que se pode governar. O próprio nascimento da Companhia de Jesus assenta no desejo de reformar a vida e os costumes para combater os vícios, sendo que o meio mais eficaz é edificar as almas dos jovens, ensinando-lhes a serem cristãos desde a sua mais tenra idade. A idéia é edificar um novo homem nestes moldes. Hábitos como a piedade e a virtude procuram tornar-se inapagáveis, no ensino dos Jesuítas, que procurava formatar um indivíduo nos ideais de humanismo (VARELA, 1983, p. 131).

Além disso, o controle mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde os seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma autocompulsão, como lhe chama Norbert Elias, à qual o indivíduo não poderia resistir, mesmo que desejasse. Isso leva à formação de uma complexa e extensa teia de ações, as quais se gerem por um aparelho automático de controle. Esse mecanismo visa prevenir as transgressões do comportamento socialmente aceitável (ELIAS, 1998, p. 196).

Varela detalha cada um dos aspectos do ensino dos Jesuítas que visam moldar o jovem estudante: o exame de consciência através da oração, missas diárias, as doutrinas aprendidas pela memória, a vigilância constante do professor, até mesmo na selecção das leituras do aluno, em suma, e como aponta o instrumento unificador da pedagogia da Companhia de Jesus, a *Ratio Studiorum*, apartar os colegiais do caminho dos vícios, mostrando-lhes o caminho da virtude, e nesse sentido, os professores devem ser exemplos a seguir (VARELA, 1983, p. 132-133).

O papel exemplar e interventivo do professor é assunto sobre o qual Jouvency insistirá, no século XVII, mostrando que este não só deve ser modelo de conduta moral e religiosa, para o aluno, mas de igual modo deve trabalhar os autores estudados nas aulas, incluindo os pagãos e os profanos, de modo a que estes sejam panegíricos de Cristo (VARELA, 1983, p. 134).

As ordens religiosas dedicadas à educação da juventude preocuparam-se desde muito cedo em proporcionar aos religiosos que se ocuparam de tal função educativa uma formação especial. No caso concreto dos Jesuítas, a obra de Jouvency, *De ratione discendi et docendi* informa-nos qual deve ser a imagem do professor e do discípulo (JOUVENCY, 1900, p. 85-86). É preciso assinalar que a constituição da infância e a formação de profissionais dedicados à sua educação são as duas faces de uma mesma moeda. Os colégios serão os lugares privilegiados onde se ensinam formas concretas de

transmissão de conhecimentos e de moldagem de comportamentos que, mediante ajustes, transformações e modificações ao longo de pelo menos dois séculos, suportão a aquisição de todo um acúmulo de saberes codificados acerca de como pode ser mais eficaz a ação educativa. Só assim se compreende a aparição da pedagogia e dos seus especialistas.

Seguindo as teorias pedagógicas de Erasmo, Vives e outros humanistas, os Jesuítas substituíram os métodos drásticos de intimidação por intervenções doces e individualizadoras (Cf. DURKHEIM, 1969). O castigo físico tenderá cada vez mais a ser substituído por uma direção espiritual atenta, uma organização cuidada do espaço e do tempo, uma séria programação dos conteúdos e uma aplicação dos métodos de ensino que procuram manter os alunos dentro dos limites corretos que os estimulem ao estudo e à conversão em católicos perfeitos.

Em outra obra de Varela, escrita em parceria com Fernando Alvarez-Uría, a qual trata do nascimento da escola na Idade Moderna, os autores afirmam que os colégios instauram uma ruptura em relação às universidades e instituições medievais, cuja autoridade do professor se baseia fundamentalmente na posse e na transmissão de determinados saberes. O professor jesuíta é fundamentalmente um modelo de virtudes (VARELA e ALVAREZ-URÍA, 1991). Este professor passa a ser a figura central da pedagogia jesuítica, é o exemplo vivo de Cristo para os colegiais, deve não só instruí-los com o seu conhecimento rigoroso das matérias, mas também possuir qualidades como fidelidade, prudência e santidade e conseguir “governar” os alunos com facilidade (VARELA, 1983, p. 150).

Os colégios passam a ser espaços fechados, nos quais se pratica o regime de internato, evoluindo de locais de residência e de estudo para “espaços físicos de clausura, inteiramente separados do resto do mundo por muros altos. “ (RAMOS DO Ó, 2003, p. 166). Varela concebe o colégio de um modo muito semelhante, considerando-o um espaço fechado e um lugar específico de instrução e educação, que procura transformar e moldar as vontades, assim como preservar os “enclausurados” dos males provenientes do século, inscrevendo-os num espaço moral e neutralizador do exterior, onde se pode exercer continuamente a vigilância (VARELA, 1983, p. 157).

Este sistema disciplinar é para Ramos do Ó o primeiro plano da atuação dos colégios jesuítas, tendo em conta que o autor considera os colégios a alavanca da “revolução” do ensino moderno (RAMOS DO Ó, 2003, p. 166).

O segundo plano trabalha com o conceito-chave de classe que o colégio concebeu. Desse modo, o colégio procura abarcar um maior número de alunos, e todo o projeto moderno assenta nessa idéia de inclusão de um maior afluxo de alunos. Os alunos passam a ser uma massa homogênea para ser ensinada, o que designaríamos como classe ou turma, todavia com especificidades, como a faixa etária ou o nível de conhecimentos individual. O agrupamento dos alunos em classes sucessivas obrigou a graduar programas, a encadeá-los pelo nível de complexidade, a seccionar o tempo escolar e a subdividir o espaço. Esta é uma imagem familiar que nos acompanha nos dias de hoje: uma sala, uma classe e um professor. Esta combinação não mais será abandonada, privilegiando-se a homogeneização, em contraponto à dispersão, ao mesmo tempo que se individualiza cada aluno (*Ibidem*). António Nóvoa vê nestes aspectos analisados por Ramos do Ó as referências estruturantes do ensino e do trabalho pedagógico até aos dias de hoje, uma espécie de modelo que se impôs, ao longo do tempo, como via única (NÓVOA, 1995, p. 27).

Varela pontua também como assinalável a questão da individualização do aluno, situando essa mudança educativa entre o século XVI e finais do século XVII, a partir dos conceitos da *Ratio* e das obras de Jouvency, que se debruçam no conhecimento das faculdades e condições dos colegiais, referindo a eficácia de uma ação educativa que individualiza o aluno, adaptando-se às características de cada um. A *Ratio* procura responder à necessidade de os Jesuítas conseguirem construir bons católicos, fiéis à Igreja de Roma. No caso de Jouvency, o ênfase é dado ao trato contínuo com o aluno, às suas qualidades pessoais, à individualização do aluno no processo de ensino. É esse cuidado, aparentemente desinteressado, que molda as almas e as direcciona para a fé cristã (VARELA, 1983, p. 156-157).

IV. Instrumentos e métodos de homogeneização do ensino

A *Ratio Studiorum* regulamenta a ocupação do espaço e do tempo de forma tal, que o aluno dificilmente questiona os métodos a que está submetido: a separação por secções, os frequentes exercícios escritos, os distintos níveis de conteúdo, os prémios, as recompensas, etc. O objetivo é que o aluno se mantenha ocupado e ativo. A aprendizagem toma a forma de um contínuo, dividindo os alunos de cada classe em campos opostos, num sistema de competição. Todo este processo competitivo e de

emulação reforça-se com debates e exames públicos, aos quais assistem as autoridades locais e as famílias dos colegiais. Compreende-se facilmente que o mérito individual e o êxito escolar encontram aqui terreno fértil, ao contrário do ensino praticado nas Universidades medievais, onde o esforço individual não obtinha recompensas imediatas e os escassos exames eram tão só uma formalidade para os que assistiam aos cursos.

Este novo estatuto do professor implica autoridade moral, mas também uma posse de conhecimentos que pressupõe que o professor tenha as chaves de uma correta interpretação da infância, assim como do programa que os colegiais têm de seguir para adquirir os comportamentos e os princípios que correspondem à sua condição e idade.

Todo um conjunto de saberes vão ser extraídos do trato direto e contínuo com os alunos fechados na escola: saberes relacionados com a manutenção da ordem e da disciplina nas classes, o estabelecimento de níveis de conteúdo, a invenção de novos métodos de ensino e, em suma, conhecimento do que hoje se denomina organização escolar, didáctica, técnicas de ensino e outras ciências sutis de carácter pedagógico que tiveram o seu início na gestão e governo dos jovens (VARELA, ALVAREZ-URÍA, 191, p. 32-34). Para Varela, os Jesuítas atuavam segundo a *Ratio* com enorme rigor, separando os conhecimentos por classes, onde se estipulava o que se deveria aprender em cada uma delas (VARELA, 1983, p. 137).

Todo o ensino dos Jesuítas assenta no estudo do Latim, a base comum do currículo de estudos. O ensino era graduado em classes: Gramática, Humanidades e Retórica. A unidade era reforçada pelo fato de cada classe ser anual, ter o seu próprio professor, livros escolares comuns, métodos de ensino comuns, como a comunicação oral professor-aluno, bem como os apontamentos na aula serem escritos em latim. A questão pedagógica fundamental era tornar o aluno capaz de se expressar, oralmente e por escrito, na língua latina. A partir do latim se aprendia a língua mãe e também o grego.

Há evidências históricas para o fato da educação aparecer associada ao estudo das línguas antigas. Para que uma literatura se instaure como formadora é necessário que transmita lições morais ou cívicas e que destaque comportamentos dignos de serem imitados. Quando os colégios foram fundados, no século XVI, não exista, no Ocidente moderno, um *corpus* de textos que se equiparasse aos da Antiguidade (COMPÈRE, CHERVEL, 1999, p. 152). O estudo da Gramática latina estava organizado por três graus sucessivos: *Infima classis grammaticae*, *Media classis grammaticae*, *Suprema classis grammaticae* (CARVALHO, 1985, p. 334-335). Todo o ensino das disciplinas

tinha como base a *Ratio Studiorum*, programa e regulamento pedagógico de toda a Companhia de Jesus, e instrumento de homogeneização do ensino dos Jesuítas.

A pedagogia jesuítica vai adotar o método dos colégios parisienses, o *modus parisiensis*. O *modus parisiensis* diferencia-se pelo fato de ensinar gramática sólida, graduar classes e cursos, implementar exercícios nas classes e individualizar o aluno. Inácio de Loyola se inspirou no *modus parisiensis* preferindo-o ao *modus italicus* de ensinar. As características deste método de ensino tinham a ver com o que era praticado na Universidade de Paris, onde os colégios estavam agregados à Universidade. A disciplina predominava, o currículo estava rigorosamente determinado e era percorrido por professores e alunos; as exercitações escolares que se seguem às aulas são frequentes; são formadas classes consoante o aproveitamento dos alunos; para cada classe está designado um professor; a matéria é rigorosamente ensinada; os alunos passam à classe seguinte após rigoroso exame; a convivência professor/aluno é familiar, sendo o professor solícito com o aproveitamento do aluno. Com efeito, os Jesuítas mantiveram na sua organização escolar um plano de progressão através da gradual complexidade das matérias (GOMES, 1996, p. 85).

O *modus parisiensis* nasce, efetivamente, da necessidade de os colégios de Paris se articularem com as Universidades a que estão anexados, através de suas práticas e normas pedagógicas. Na primeira metade do século XVI assemelha-se ao interior dos colégios dos Irmãos da Vida Comum. O ensino baseava-se num programa de leituras, complementado por uma vasto leque de tarefas, das repetições às disputas (*exercitia* ou *exercitationes*), por meio dos quais os estudantes exibiam os seus conhecimentos e o domínio das matérias. Novamente os alunos aparecem agrupados por classes de acordo com um plano de progressão em níveis sucessivos de complexidade, em função da idade e dos conhecimentos. Os exames determinavam quem passava para os níveis seguintes (RAMOS DO Ó, 2003, p. 167).

Para Ramos do Ó, os Jesuítas imprimem uma nova dinâmica à pedagogia do *modus parisiensis*, fazendo dele uma realidade internacional, tornando os princípios e as práticas codificadas em Paris mais elásticos, mais complexos, ao mesmo tempo que institucionalizou modalidades associadas a programas considerados de ensino integral. Os Jesuítas mantêm na sua organização escolar um plano de progressão através da gradual complexidade das matérias, aprofundaram técnicas pedagógicas no sentido de aliviarem o professor na sua ação, tornando-o um decifrador dos conteúdos desenvolvidos (*Ibidem*).

O autor distingue ainda estes colégios jesuítas daqueles que circundavam a Universidade de Paris pela aposta que era feita nos conteúdos programáticos de direção espiritual. A gestão de ensino é integrada, incluindo os aspectos intelectual, religioso e moral, marcados pelo rigor próprio dos regulamentos, os tempos de descanso, relaxamento, recreio e diversão. Com efeito, a preocupação principal da educação dos Jesuítas era estimular os alunos à aprendizagem, promovendo a interiorização plena dos conteúdos programáticos através da ação participativa dos educandos. (RAMOS DO Ó, 2003, p. 168-170).

V. Considerações finais

O colégio jesuíta surgiu, nos alvares da modernidade, como uma instituição global que abrangia toda a vida do estudante. O ensino era concebido para além da aprendizagem dos conteúdos curriculares e o aluno era entendido na sua globalidade, defendendo-se a educação integral. O que a Companhia de Jesus procurou fazer foi montar e testar um dispositivo capaz de responder positivamente aos requisitos da formação moral dos jovens. Este dispositivo está na base do sucesso do projeto educativo dos inicianos, e confere-lhes o monopólio das instituições educativas ao longo de quase três séculos.

As obras cotejadas tratam da produção histórica de um sujeito histórico, neste caso o aluno, e das estruturas que intervêm sobre as atitudes, disposições e comportamentos dele. Assim, a cultura pedagógica se afirma marcando as competências morais do educando, vinculando-lhe um plano de estudos.

Refletindo em termos genealógicos, Ramos do Ó e Julia Varela debruçam-se na pertinente questão de entender o ensino atual através dos modelos dos colégios de Quinhentos, revendo a proposta educativa e os dispositivos formativos dos colégios jesuítas como fundamentais na percepção que hoje temos da escola e do espaço educativo. Aspectos como o nivelamento e hierarquização de conteúdos, a progressão educativa, a diferenciação por idades, a classe homogeneizada, mas ao mesmo tempo a atenção individualizada a cada aluno remontam à Idade Moderna, quando se dá um movimento de proliferação de colégios, para o qual contribui, em grande medida, a ação religiosa e educativa da Companhia de Jesus.

Os colégios modernos se diferenciam das Faculdades de Artes medievais pelo fato de “sequestrarem” os alunos, isolarem o aluno do seu contexto social e familiar. No período medieval não havia divisão de idades no mundo social, nem nas escolas catedrais e universidades, estudantes de diferentes idades conviviam e aprendiam lado a lado (ARIÈS, 1981).

Tanto Ramos do Ó como Julia Varela concebem os colégios como espaços fechados, de clausura, lugares específicos e práticos de instrução e de educação, mas também de moldagem moral do caráter do aluno, que em tenra idade é mais dúctil e permeável às influências. O espaço aparece, assim, concebido como um lugar neutralizador do exterior, onde se pode exercer a vigilância continuamente, e inculcar aos alunos os princípios cristãos. Associado a esse espaço físico, a escola, aparecerá uma série de mecanismos pedagógicos que trabalham no sentido de inculcar no aluno um sentido de dever e de prática cristã.

As obras quer de Ramos do Ó quer de Julia Varela trabalham com a partir do conceito foucaultiano de poder, um poder que funciona como uma rede de dispositivos que a nada ou ninguém escapa, funcionando como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas que se dissemina por toda a estrutura social. O controle da conduta é inculcado no indivíduo desde os seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo ao qual o indivíduo não consegue escapar, prevenindo as possíveis transgressões.

Do mesmo modo, ambas as obras mostram como, em termos educativos, o ensino nos colégios jesuítas defendeu a produção de um indivíduo capaz de dar o seu contributo particular para a integração moral e cristã da sociedade, através do domínio de várias experiências escolares. Os Jesuítas lançaram mão de uma multiplicidade de jogos estratégicos, formando um sujeito não apenas através dos bancos da escola e dos compêndios utilizados na classe, mas inculcando diversos comportamentos morais nos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARIÈS, Phillipe. *História social da família e da criança*. 2.^a Edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Lisboa: Vega Editora, 1978.

CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

CHERVEL, André, COMPÈRE, Marie-Madeleine. As Humanidades no Ensino. In: *Educação e Pesquisa*. Vol. 25. N.º 002. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999, p. 149-170.

DALLABRIDA, Norberto. *A Fabricação Escolar das Elites: O Ginásio Catarinense na Primeira República*. Florianópolis, Cidade Futura, 2001.

DALLABRIDA. Norberto. Nascimento da escolarização moderna: cotejo de duas leituras. In: *Perspectiva*. Vol. 22. N.º 01, 2004, p. 93-110.

DURKHEIM, Émile. *L'Evolution Pédagogique en France*. Paris : PUF, 1969.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Vol. 2. Tradução de Ruy Junomann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 10.^a Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 29.^a Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

GOMES, Manuel Pereira. S.J. *Sto. Inácio e a Fundação de Colégios*. Gracos, 1996.

JOUVENCY, J. *De la maniere d'apprendre et d'enseigner (De ratione discendi et docendi)*. Paris: Hachette, 1900.

JULIA, Dominique. Disciplinas Escolares: Objetivos, Ensino e Apropriação. In: LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth (Orgs.). *Disciplinas e Integração curricular: História e Políticas*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

LOPES, José Manuel Martins S.J. *Ratio Studiorum*. Um modelo pedagógico. In: *Código Pedagógico dos Jesuítas: Ratio Studiorum da Companhia de Jesus*. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.

NÓVOA, António. Uma educação que se diz ‘nova’. In: CANDEIAS, António, NÓVOA, António, FIGUEIRA, Manuel Henrique. *Sobre a educação nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos*. Lisboa: Educa, 1995.

NÓVOA, António. Recensão da obra *O Governo de Si Mesmo: Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX - meados do século XX)*, de Jorge Ramos do Ó. Lisboa: Educa, 2003. In: *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*. N.º 1, 2006, p. 139-142.

PETITAT, André. *Produção da escola/Produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RAMOS DO Ó, Jorge. *O Governo de Si Mesmo: Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (Último Quartel do Século XIX – Meados do Século XX)*. Lisboa: EDUCA, 2003.

VARELA, Julia, ALVAREZ-URÍA, Fernando. La maquinaria escolar. In: *Arqueologia de la Escuela*. Madrid: Ediciones Endymion, 1991.

VARELA, Julia. *Modos de Educacion en la España de la Contrarreforma*. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1983.